

I J
00608

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE REFERÊNCIA

608

não
circula

711.409815 2
I59p
8294/88

~~INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES~~





PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE REFERÊNCIA



733-4098158
#59
8844628

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE REFERÊNCIA

DEZEMBRO/1987

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Max Freitas Mauro

COORDENAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO
Ricardo Ferreira Santos

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
Haroldo Correa Rocha

ÍNDICE

PÁGINA

I. INTRODUÇÃO	5
II. ROTEIRO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	7
III. POLÍTICAS, PROGRAMAS E MEDIDAS DE AÇÃO	11
IV. ORGANOGAMA GERAL DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO	13
V. A PARTICIPAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL DO GOVERNO ESTADUAL PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	14
VI. CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO	17
VII. CRONOGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DAS HORAS DE CONSULTORIA.....	19
VIII. CRONOGRAMA FINANCEIRO GERAL POR FONTES.....	20



I.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a economia do Estado do Espírito Santo passou por grandes transformações, que introduziram alterações substanciais na estrutura de produção setorial, com o declínio de atividade agrícola e crescimento da indústria e do setor prestador de serviços.

A expansão dos setores secundários e terciários, apoiados em grandes projetos intensivos de capital, não foram de molde a gerar empregos em escala suficiente para absorver os numerosos contingentes migratórios egres- sos do setor rural, e que se deslocaram para as cidades em busca de novas oportunidades de trabalho.

A concentração espacial dos investimentos produtivos e de infra-estrutura no entorno da capital contribuíram para criar um único grande pólo de desenvolvimento no Estado para onde convergiram os principais fluxos mi- gratórios oriundos das zonas rurais. Impossibilitada de realizar inves- timentos na sua infra-estrutura urbana capaz de acompanhar o ritmo acele- rado do incremento populacional, a aglomeração da Grande Vitória experi- mentou forte crescimento, acompanhado de queda acentuada nos padrões de vida de sua população e comprometimento da qualidade do meio ambiente.

Ainda que em menor escala, esse processo se repetiu em algumas outras áreas urbanas, os centros de porte médio que juntamente com a Grande Vi- tória concentram atualmente cerca de 80% da população estadual.

A elevada proporção de capital por unidade de mão-de-obra empregada, característica dos investimentos realizados no setor industrial do Estado, contribuíram para a pequena participação da indústria na geração do emprego total. A concentração desses investimentos em atividades produtoras de bens intermediários, foi também responsável pela relativamente pequena difusão dos efeitos indutores do crescimento industrial, gerando um parque produtivo pouco diversificado.

A perspectiva de expansão dos grandes empreendimentos industriais e de infra-estrutura no Estado, cria novas possibilidades de efeitos expansivos sobre as atividades produtivas e sobre o emprego, e que devidamente aproveitadas, poderão contribuir para acelerar o processo de crescimento e de melhoria de padrão de vida das populações capixabas.

Para isso, faz-se necessário preparar o Estado para tirar o máximo benefício desses novos investimentos, garantindo efeitos multiplicadores permanentes e intensivos sobre todas as atividades econômicas, resguardando a qualidade ambiental e estimulando o desenvolvimento social.

Para tal propósito, o governo estadual irá elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, com horizonte de planejamento de longo prazo, cujo objetivo é estabelecer as grandes diretrizes que irão orientar o crescimento econômico e a geração de empregos, a expansão dos serviços sociais básicos, o reordenamento do espaço urbano regional e o monitoramento da qualidade ambiental.

A necessidade de vincular a política de crescimento à política de emprego exige ainda que seja privilegiada no Plano Diretor de Desenvolvimento o setor agrícola, que hoje responde por mais de um terço da população economicamente ativa do Estado.

II. ROTEIRO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1. DIAGNÓSTICO

O diagnóstico deverá focar as seguintes questões básicas, de modo a estabelecer as bases para a elaboração de cenários que irão informar a fase de prognósticos e da formulação das políticas setoriais:

- 1.1. Vantagens comparativas no plano internacional ditadas pelo binômio - malha ferroviária - complexo portuário, e a especialização do Espírito Santo na produção de insumos básicos.
- 1.2. Importância crescente no setor industrial, principalmente o ramo de insumos básicos (celulose, siderúrgica) concentrado na Grande Vitória e em torno de Aracruz, e a presença de alguns pólos industriais específicos, a exemplo do de confecções (Colatina) e mármore (Cachoeiro de Itapemirim).
- 1.3. A dinâmica da agricultura fortemente condicionada ao café, o que a torna vulnerável às crises cíclicas características desse produto. Deve-se ressaltar a importância da pequena produção, relevando o seu papel na estrutura ocupacional da população economicamente ativa.
- 1.4. Graves problemas sociais, concentrado nos bolsões da pobreza da Grande Vitória e núcleos urbanos de apoio à atividades agropecuárias, notadamente onde já está ocorrendo transformações nas relações de produção, com o aparecimento do trabalhador rural temporário (bóia-fria).

- 1.5. Diferenciação regional, o que implica em identificar e melhor caracterizar alguns problemas regionais particulares (concentração fundiária, por exemplo, no extremo norte do Espírito Santo; a pequena produção na região Serrana).
- 1.6. Rede urbana constituída pela Aglomeração Urbana da Grande Vitória, concentração populacional e econômica, as cidades de porte médio (Colatina, Linhares, Nova Venécia, Cachoeiro de Itapemirim), sedes urbanas de pequeno porte, vilas e povoados com íntima relação com a atividade agropecuária.
- 1.7. Impactos ambientais consideráveis, tanto na Aglomeração Urbana (ocupação inadequada do solo, poluição ambiental), quanto no rural (erosão, atividades agroindustriais poluentes).
- 1.8. Crescente pressão sobre o Governo para atuar na problemática social e urbana da Aglomeração.

2. PROGNÓSTICO

Essa etapa consubstancia-se na elaboração de cenários, que permitirão desenharem os quadros futuros do desenvolvimento econômico e social do Estado. Esses cenários apoia-se-ão nos seguintes pontos básicos:

2.1. CONCEPÇÃO PRELIMINAR DO CENÁRIO PROVÁVEL (TENDÊNCIAS)

- 2.1.1. Consolidação da vantagem comparativa do Espírito Santo decorrente da expansão da malha intermodal de transportes (rodoviária, ferroviária, portuária), face aos programas de investimentos do Ministério dos Transportes e da Companhia Vale do Rio Doce.

- 2.1.2. Consolidação da especialização do Espírito Santo na produção de insumos básicos, em virtude dos projetos da duplicação da CST e Aracruz Celulose.
- 2.1.3. Apesar das crises conjunturais do mercado internacional, o café poderá ensejar perspectivas de diversificação empresarial da agricultura.
- 2.1.4. Intensificação da concentração industrial, populacional na Grande Vitória, demandando uma ação efetiva do Governo no controle, preservação e recuperação ambiental.
- 2.1.5. Pressão no meio rural, inclusive nos estados limítrofes, decorrente dos investimentos na duplicação dos grandes complexos industriais (particularmente na face de construção) e daqueles que lhes serão decorrentes a exemplo da carboquímica, fabricação de tubos, etc.
- 2.1.6. Agudização da problemática social na Grande Vitória e no litoral norte (Aracruz, Linhares, São Mateus, Conceição da Barra).

2.2. CONCEPÇÃO PRELIMINAR DO CENÁRIO DESEJÁVEL

- 2.2.1. Expansão das vantagens comparativas do Espírito Santo decorrentes da localização da malha de transportes e pelo apoio ao Corredor de Exportação GO/MG/ES, identificando investimentos que poderão tirar proveito do seu potencial de expansão econômica.
- 2.2.2. Conferir destaque ao Sistema Ferroviário Sul da CVRD, com o objetivo de garantir a sua importância para o desenvolvimento da sua área de influência no Espírito Santo.

- 2.2.3. Gerar vantagens a serem adquiridas por uma efetiva política de ciência e tecnologia, que fundamente a proposta de pólos nos setores de tecnologia de ponta.
- 2.2.4. Articulação do bloco de investimentos em insumos básicos - indústrias satélites, a exemplo da CST e Aracruz Celulose.
- 2.2.5. Promoção, indução da diversificação da agricultura, segundo as peculiaridades regionais.
- 2.2.6. Fortalecimento da pequena produção, considerada a sua diferenciação, pela sua importância na estrutura de emprego estadual.
- 2.2.7. Minorar a tendência a concentração na Grande Vitória, o que requer a introdução da dimensão regional na estratégia de desenvolvimento.
- 2.2.8. Compatibilização do desenvolvimento econômico com o meio ambiente.
- 2.2.9. Diminuir as desigualdades sociais, aumentando a eficiência na provisão dos serviços sociais básicos.

III. POLÍTICAS, PROGRAMAS E MEDIDAS DE AÇÃO

As medidas de política e os programas que compõem o Plano Diretor devem privilegiar as ações de longo prazo, tendo em vista que o Plano objetiva ordenar o crescimento econômico e social num período em que as mudanças estruturais irão moldar um novo Espírito Santo. Desse modo, é imprescindível que as ações, de curto prazo, sejam integradas às medidas de mais longo alcance, sobretudo na esfera do desenvolvimento social, onde o imperativo de justiça social exige mudanças imediatas para melhoria do bem-estar de população capixaba.

Em termos operacionais, os trabalhos relativos ao aspecto econômico serão imediatamente iniciados, em virtude de já se ter um razoável conhecimento das mudanças e possibilidades, particularmente no setor industrial.

Neste aspecto, consideramos importante enfatizar a necessidade de apoio à implantação do INDES - Instituto de Desenvolvimento do Espírito Santo, órgão que se incumbirá, em integração sistêmica com outras entidades, da elaboração e implementação de estudos, planos e ações com vistas ao desenvolvimento e à promoção dos setores empresariais da indústria e agroindústria, do comércio, do turismo e do setor de serviços.

Concebido sob a forma de sociedade sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, o INDES está sendo constituído por CONTRATO SOCIAL que prevê a participação societária do BANDES e do BANESTES, na constituição de seu capital social, e a co-participação das empresas do Espírito Santo (CVRD, CST, ARACRUZ CELULOSE, CARBOINDUSTRIAL, VIAÇÃO ITAPEMIRIM e outras), como entidades-cooperantes que se comprometeriam a alocar recursos específicos em seus orçamentos para a contratação de trabalhos técnicos através do INDES, tais como Perfis de Viabilidade, Estudos Mercado, Transferência de Tecnologia, Promoção de Investimentos, Monta

ger de um Banco de Dados, etc

O papel do INDES, dentro do processo de implementação do presente Plano Diretor, se situa especialmente no trabalho de identificação e de promoção de novos investimentos para o Espírito Santo, articulando-se com o BANDES e com outros organismos de promoção industrial e agindo integradamente dentro do esforço conjunto de desenvolvimento estadual ora empreendido pelo Governo e iniciativa privada.

3.1. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

3.2. MEDIDAS DE CURTO PRAZO

3.2.1. Segmentos produtivos

3.2.2. Infra-estrutura

3.2.3. Setores sociais

3.2.4. Setor Público

3.3. MEDIDAS DE LONGO PRAZO

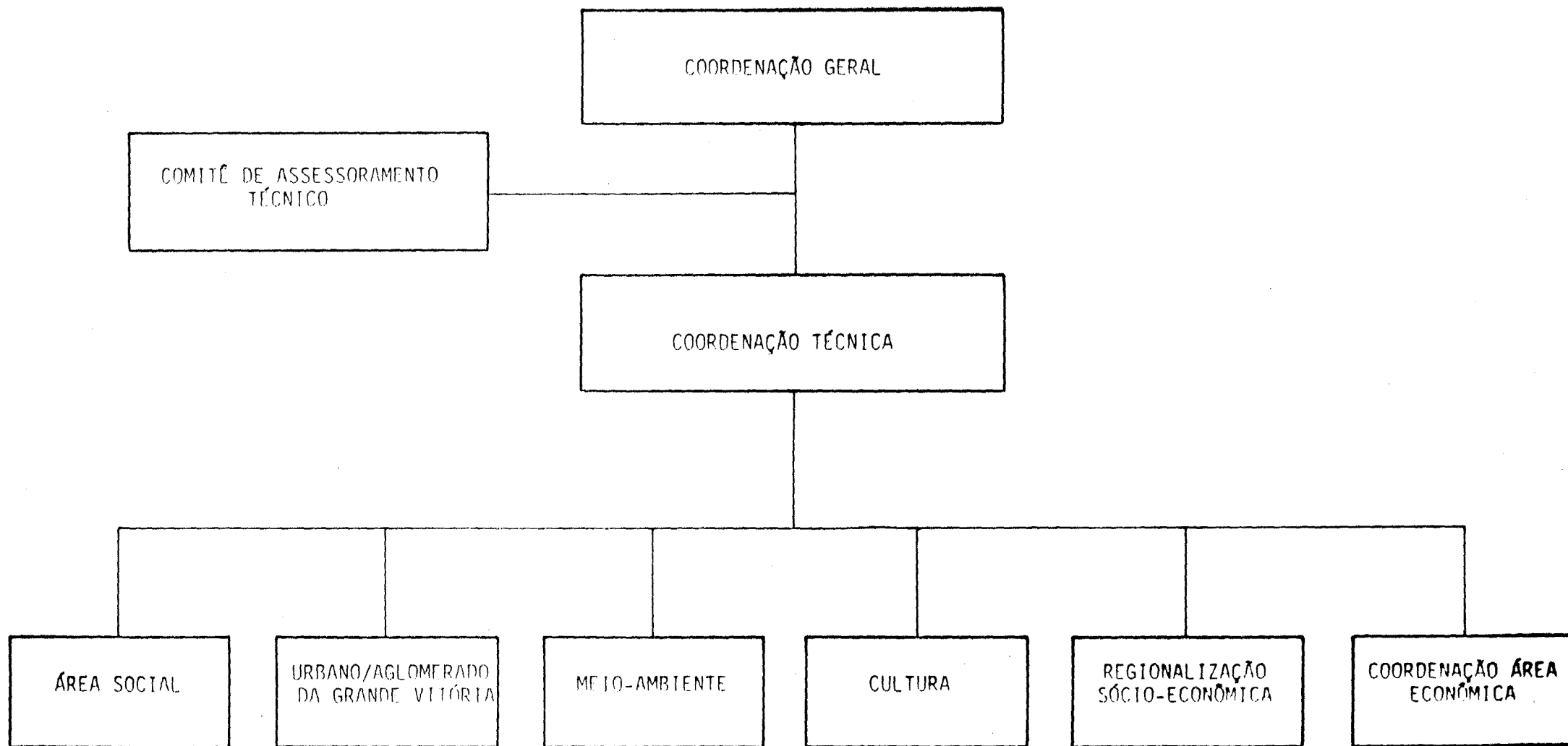
3.3.1. Segmentos produtivos

3.3.2. Infra-estrutura

3.3.3. Setores sociais

3.3.4. Setor Público

IV. ORGANOGRAMA GERAL DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO



V. A PARTICIPAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL DO GOVERNO ESTADUAL
PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE
DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

4.1. CONCEPÇÃO DA MACROESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO/COORDENAÇÃO TÉCNICA DO PLANO

- Nº de técnicos: 06 (seis)
- Fase: Definição preliminar da concepção macro no tocante ao setor econômico para discussão com consultores especializados.

4.2. ÁREA ECONÔMICA (INDÚSTRIA E TURISMO)

- Nº de técnicos: 15 (quinze)
- Fase:
 - a) Os grupos da indústria/infra-estrutura básica estão sendo formados conforme proposta de composição já discutida. Da parte do Governo, as Secretarias e órgãos envolvidos serão: COPLAN, IOSA, SEIC, INDES, BANDES, SEIN, SETR.
 - ~~b) O Plano Diretor de Turismo já está sendo elaborado com a participação do BANDES, SEIC, EMCATUR, CEAG.~~

4.3. ÁREA SOCIAL

- Nº de técnicos: 40 (quarenta)

*8 de maio
plano diretor
do Estado*

- Fase:

- a) Está concluída a proposta **emergencial** com relação a habitação e, em curso, a relativa a assistência integral à criança.
- b) A abordagem estratégica e articulada ao econômico demandará consultoria.

4.4. ÁREA URBANA (INCLUSIVE A AGLOMERAÇÃO DA GRANDE VITÓRIA)

- Nº de técnicos: 10 (dez)
- Fase: Trabalho iniciado pelo IJSN

4.5. REGIONALIZAÇÃO AGRO-SÓCIO-ECONÔMICA DO ESPÍRITO SANTO

- Nº de técnicos: 30 (trinta)
- Fase:
 - a) A regionalização agro-sócio-econômica já tem proposta do CNPDA/EMBRAPA, para o programa e projeto piloto a serem realizados na Região Serrana e no Município de Conceição do Castelo, respectivamente. A equipe básica está sendo constituída no IJSN.
 - b) Estão sendo elaborados programas integrados em estradas viciniais, eletrificação rural, telefonia rural, saneamento rural.

4.6. MEIO AMBIENTE

- Nº de técnicos: 15 (quinze)
- Fase:
 - a) A CEMA - Comissão de Estudos do Meio Ambiente, constituída pelo Ex^{te} Governador do Estado, coordenado pela COPLAN, apresentou um diagnóstico preliminar da problemática ambiental.

Neste momento, está debatendo a política e diretrizes para o meio ambiente.

b) Em decorrência dos trabalhos até então realizados estão sendo de envolvidos os seguintes projetos:

- b.1) Estudos das bacias hidrográficas dos rios Santa Maria, Jucu e Jacaraípe, vitais para o abastecimento da Grande Vitória;
- b.2) Estudo para o tombamento da Serra do Mar, no Espírito Santo.

4.7. CULTURA

- Nº de técnicos: 10 (dez)
- Fase: Equipe a ser constituída

SENDO ASSIM:

- Nº total de técnicos: 126 (cento e vinte e seis)
- Esforço homem/hora: 362.880 (considerando 18 meses o tempo de elaboração do Plano Diretor)

Para fins do cálculo global está sendo considerado um adicional de 15% para os custos administrativos e de 20% para a participação esporádica de técnicos.

- Decorre, então um esforço total da ordem de 489.888 homens/hora. Adotando-se, no âmbito estadual, o custo homem/hora de 1,5 (uma e meia) OTN.

Além deste esforço, em termos técnicos, o Governo do Estado se responsabilizará pelo apoio administrativo e operacional suplementar e pelas passagens e diárias dos consultores.

VI. CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO

ETAPAS	MESES																	
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	13º	14º	15º	16º	17º	18º
1. PRIMEIRA ETAPA																		
. Concepção da Macroestratégia de Desenvolvimento.																		
. Definição dos Estudos Básicos e suas Respectivas Metodologias.																		
. Levantamentos Preliminares de Informações Básicas.																		
2. SEGUNDA ETAPA																		
. Detalhamento da Macroestratégia																		
. Elaboração da Versão Preliminar dos Estudos Básicos e Setoriais.																		
. Proposição de Políticas e Diretrizes de curto, médio e longo prazo.																		

Continua

Continuação

ETAPAS	MESES																		
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	13º	14º	15º	16º	17º	18º	
<p>3. TERCEIRA ETAPA</p> <ul style="list-style-type: none"> . Avaliação e Consolidação dos Trabalhos do Primeiro Estágio. . Discussão Ampliada dos Diagnósticos, Estudos, Políticas e Programas Elaborados. 																			
<p>4. QUARTA ETAPA</p> <ul style="list-style-type: none"> . Elaboração de Estudos Complementares Específicos. . Detalhamento das Políticas Estratégicas. 																			
<p>5. QUINTA ETAPA</p> <ul style="list-style-type: none"> . Consolidação dos Trabalhos do 2º Estágio. . Definição da Continuidade do Processo de Planejamento Estratégico. 																			

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO
 CRONOGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DAS HORAS DE CONSULTORIA

ETAPAS	MESES																			
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	13º	14º	15º	16º	17º	18º		
1. Primeira Etapa	4.000 homens/hora																			
	18.000 OTN																			
2. Segunda Etapa				6.000 homens/hora																
				27.000 OTN																
3. Terceira Etapa										2.000 homens/hora										
										9.000 OTN										
4. Quarta Etapa												6.000 homens/hora								
												27.000 OTN								
5. Quinta Etapa																		2.000 homens/hora		
																		9.000 OTN		

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO
 CRONOGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DAS HORAS DE CONSULTORIA

FONTES	MESES (VALORES EM OTN)																		TOTAL		
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	13º	14º	15º	16º	17º	18º	OTN	CRUZADOS	US\$
C.V.R.D.	18.000			27.000						9.000	27.000						9.000	90.000	47.069,100	705.715	
Governo do Estado	146.966,4			220.449,6						73.483,2	220.449,6						73.483,2	734.832	384.309,787	5.762,025	
TOTAL	164.966,4			247.449,6						82.483,2	247.449,6						82.482,2	824.832	431.378,887	6.467,740	

. OTN - Cz\$ 522,99

. DOLAR - Cz\$ 66,697

